

REFORMA DA GESTÃO EDUCACIONAL MUNICIPAL PARAIBANA E AS AVALIAÇÕES EXTERNAS: ALGUMAS DIFICULDADES E REFLEXÕES

Andréia Ferreira da Silva, PPGEd/UFCG - silvaandrea@uol.com.br

Jamiles Santos de Lima, Pibic/Pedagogia/UFCG - jamiles.santos@estudante.ufcg.edu.br

Luciana Leandro da Silva, PPGEd/UFCG - luciana.leandro@professor.ufcg.edu.br

Rute Pereira A. de Araújo, PPGEd/UFCG - rute.pereira@professor.ufcg.edu.br

Financiamento: Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB)

Introdução

A (re)configuração da atuação do Estado no campo da educação, em processo desde a década final do século XX, emergiu do fortalecimento da racionalidade neoliberal e de suas proposições para a reorganização do Estado, do setor econômico e das políticas sociais. Na área da educação, essas mudanças vêm possibilitando uma “recentralização político-administrativa”, sobretudo no que se refere à tomada de decisões e ao controle de resultados (Freitas, 2007).

A reforma educativa vem incorporando a lógica gerencial mediante o fortalecimento do Estado regulador e avaliador por meio da ampliação do controle do poder central em relação às políticas educacionais, por meio da implantação de iniciativas de avaliação externa em larga escala associadas a medidas de responsabilização e da atuação direta do setor privado na educação pública. Segundo Afonso (2009, p. 49), o Estado avaliador “vem adotando um *ethos* competitivo, neodarwinista, passando a admitir a lógica de mercado, através da importação para o domínio público de modelos de gestão privada, com ênfase nos resultados ou produtos dos sistemas educativos”. Nesse contexto, foram conferidas ao ente município novas atribuições e configurações, o que lhe impõe inúmeros desafios no que se refere à garantia do direito à educação escolar.

O presente trabalho expõe pesquisa em andamento, que investiga os processos de reforma da gestão da educação municipal paraibana, no período de 2015 a 2023. A investigação tem como objetivos: contextualizar o processo de reforma da educação, a partir da década de 1990; identificar os fundamentos e proposições do neoliberalismo e suas repercussões no âmbito das políticas educacionais municipais; analisar as

configurações das redes municipais de ensino e as medidas de avaliação externa e de privatização da educação.

A pesquisa adota uma abordagem quali-quantitativa e está organizada em três momentos: 1. levantamento bibliográfico; 2. realização de um *survey on-line* com os municípios paraibanos; e 3. pesquisa de campo em oito municípios, com a realização de observação e entrevistas semiestruturadas com os secretários e integrantes dos CME.

O presente texto apresenta resultados preliminares referentes aos tipos de avaliação desenvolvidos e aos principais problemas e dificuldades vivenciados pelas secretarias municipais de educação relacionados aos resultados do Saeb e do Ideb. Está organizado em três partes: inicialmente, apresenta a pesquisa, tema, objetivos e metodologia adotados; em seguida, expõe dados iniciais oriundos do *survey online* aplicado aos secretários municipais de educação da Paraíba; e, por fim, as considerações finais.

Desenvolvimento

O *survey* foi enviado para as secretarias municipais de educação dos 223 municípios paraibanos com o apoio da Seção paraibana da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e respondido por 70 municípios, o que corresponde a mais de 30% do total. O instrumento de coleta de dados, respondido entre os meses de setembro e dezembro de 2024, foi constituído por dois eixos: 1. avaliação externa e 2. privatização, organizados em 12 perguntas, fechadas e abertas.

Os dados coletados mostram que, entre os tipos de avaliação implantados nos municípios, 64 respondentes indicaram que realizam a avaliação de desempenho de alunos, 26 apontaram desenvolver proposta de avaliação institucional da rede de ensino e 21 municípios de avaliação institucional da escola. Apenas 14 manifestaram realizar iniciativas de avaliação dos gestores escolares e 10 a avaliação de docentes. Nessa pergunta, poderiam ser indicadas mais de uma alternativa. Assim, parece ainda ser baixa a adesão às políticas de alta responsabilização, com consequências fortes, nas redes municipais de ensino da Paraíba.

Somente 18 municípios, que participaram da pesquisa, informaram que possuem sistema próprio de avaliação. Assim, 52 municípios paraibanos indicaram não contar com

iniciativa própria, mesmo que, em todas as respostas, tenha sido identificada grande preocupação com o desempenho dos alunos na Prova Saeb e com os resultados do Ideb.

Em pesquisa realizada junto às secretarias de educação, entre 2017 e 2018, sobre a adesão dos municípios paraibanos às políticas de avaliação externa e de responsabilização educacional, o Ideb foi apontado pelos secretários municipais como importante referência para o planejamento e o acompanhamento das escolas municipais. Também, indicaram estratégias utilizadas nessas redes de ensino para a elevação dos resultados dos estudantes nesse índice (Silva *et al*, 2020). Desse modo, essa preocupação não é recente no estado, acompanhando a tendência nacional.

A maioria dos respondentes não apontou problemas e dificuldades relacionados aos resultados do Saeb e do Ideb das escolas municipais (questão aberta). Mas, uma parte fez alguns questionamentos que valem ser aqui registrados: 15 respondentes indicaram como problema a falta de interesse dos alunos, seguido da falta de comprometimento dos professores com os resultados da avaliação, indicada por 11. Também, cinco informantes apresentaram a falta de preocupação das famílias com as avaliações externas como uma dificuldade. Esses dados apontam que, segundo uma parte das secretarias de educação, os estudantes, famílias e professores deveriam estar mais comprometidos com os resultados das avaliações externas. Certamente, para esses gestores municipais, esse compromisso contribuiria para a elevação desses resultados.

Somente quatro dos informantes revelaram uma compreensão mais ampla e contextualizada sobre os problemas e dificuldades relativos aos resultados das avaliações externas e aos índices educacionais, vinculando-os à falta de políticas educacionais mais adequadas às necessidades das escolas da rede de ensino, o que prejudicaria o alcance de melhores resultados. Segundo a SME A (2024), as escolas com desempenho abaixo da média indicam

desafios na qualidade do ensino, falta de recursos ou dificuldades socioeconômicas. A Secretaria precisa identificar essas desigualdades e implementar estratégias para melhorar o aprendizado em todas as escolas (SME A, 2024).

Dois respondentes revelaram preocupação com o uso dos resultados e os seus impactos para as escolas e o município, destacando a pressão exercida por tais políticas, hierarquização entre as escolas e o seu caráter de prestação de contas. Essa compreensão foi identificada nos seguintes trechos: “Colocar a cidade como vitrine. Comparações com

outros sistemas de ensino” (SME B, 2024) e “Comparação entre escolas e redes municipais de ensino” (SME C, 2024).

A utilização desses resultados para responsabilizar as escolas, penalizando-as de maneira simbólica ou material por meio da exposição e comparação tem relação com as políticas de *accountability* que consiste em um conjunto de ações que relacionam avaliação externa com prestação de contas e responsabilização pelos resultados (Afonso, 2009). Na maioria das vezes, tais ações não são combinadas com investimentos públicos ou a criação de políticas públicas para sanar fragilidades do sistema, desconsiderando dimensões estruturantes da sociedade e do processo educacional.

Sobre as limitações do Saeb, 10 dos respondentes registraram algumas fragilidades desse sistema de avaliação, indicando que a prova não é capaz de analisar as múltiplas variáveis presentes no processo educacional, tais como as particularidades da escola, dos alunos, dos professores e de cada município. Além disso, apontaram que a prova é extensa e cansativa para as crianças responderem. Para os informantes, essas dificuldades impedem um resultado mais próximo à realidade educacional dos municípios e contribuem para um uso inadequado de seus resultados.

Além disso, 10 respondentes questionaram o modo como as políticas de avaliação externa em larga escala tratam o público alvo da educação especial. Manifestaram que tais políticas não consideram as especificidades dos alunos com deficiência na atribuição das notas. Também, questionaram a obrigatoriedade de sua participação na prova, bem como a falta de atendimento individual para essas crianças durante a sua aplicação.

Algumas considerações finais

A pesquisa realizada, até o momento, corrobora com outros estudos que apontam para a centralidade das avaliações externas como instrumento estratégico no processo de reforma da gestão educacional municipal.

Os dados expostos sinalizam que, para uma parcela das secretarias de educação, ao invés de fornecer um diagnóstico da realidade educacional dos municípios paraibanos, as avaliações externas em larga escala podem estar contribuindo para o aprofundamento das desigualdades existentes e provocando maior exclusão educacional. Sobretudo, quando se considera os grupos historicamente marginalizados das políticas públicas educacionais, assim como sinalizado em Silva, Silva e Freire (2022).

Ressalta-se que esse estudo traz resultados preliminares provenientes da análise de algumas das respostas obtidas por meio do questionário *on-line*, as quais estão sendo trianguladas com o levantamento bibliográfico e documental, para então subsidiar a pesquisa de campo nos municípios paraibanos escolhidos, que é o próximo passo da pesquisa.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e accountability em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo**, Lisboa, n. 9, p. 57-69, maio-ago, 2009.

FREITAS, Dirce Ney. **A avaliação da educação básica no Brasil**: dimensão normativa, pedagógica e educativa. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, A. F. *et al.* Políticas de avaliação externa da educação básica: um estudo das iniciativas das redes municipais do estado da Paraíba. **Revista de Administração Educacional**. CE-UFPE. Recife-PE, v.11, n. 2, p. 20-41, jul./dez. 2020.

SILVA, A. F. da; SILVA, L. L. da; FREIRE, A. M. dos S. Políticas de accountability na educação estadual do Ceará, Pernambuco e Paraíba. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 33, p. e09562, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/9562>.